

Educação e juventude¹

Marília Pontes Spósito*

Resumo

O artigo problematiza o conceito de juventude, analisa alguns dados estatísticos relativos à juventude na sociedade brasileira, relaciona-os à matrícula e frequência escolares da população na faixa etária compreendida entre os 15 e 24 anos, chamando a atenção para o fato de que, entre nós, um dos grandes desafios é, ainda, garantir as possibilidades de frequência de amplos seguimentos juvenis ao ensino fundamental. O texto chama, ainda, a atenção para a necessidade de ressignificar a interação juventude e escola, e termina apontando para os desafios postos, hoje, para a construção de linhas de ação nessa área.

Palavras-chave

Juventude, escola, oportunidade educacionais, direito à educação.

Abstract

This article is about the concept of the youth, presenting some statistic information relative to the youth in the Brazilian Society, associating them to the school registration and frequency of the 15 to 24 year-old people, getting the attention that, among us, one of the great challenges is the guarantee of the frequency possibilities of large juvenile part to the fundamental learning. The text still gets the attention to the necessity of the interaction between youth and school; it concludes pointing out to the challenges established today for the building of steps to be followed in this area.

Key Words

Youth, school, educational opportunities, right to the education,

* Professora da Faculdade de Educação da USP

¹ Texto apresentado como documento base no grupo temático *Educação e Juventude* no Encontro Preparatório à Reunião dos países do Mercosul, Estratégia Regional de Continuidade da V CONFITEA, Curitiba, outubro de 1998.

Juventude ou juventudes?

Qualquer tentativa de caracterização da juventude brasileira requer, preliminarmente, o reconhecimento da diversidade social e cultural que define esse segmento. No seu singular o conceito é impreciso, tanto teoricamente quanto sob o ponto de vista dos dados estatísticos.

A imprecisão teórica nos remete ao fato de que a fase do ciclo de vida caracterizada como juventude tem sido definida como um momento vivido de forma homogênea que marcaria a saída da infância até o ingresso no mundo adulto. Por razões históricas que ainda demandam maior investigação, essa fase foi caracterizada apenas como uma transição para a vida adulta sendo esta última considerada plenitude e modelo normativo para o conjunto das outras fases do ciclo vital (neste caso o adulto normal é homem, branco e ocidental). Sendo assim, qualquer tomada de decisão sobre o destino dos jovens na modernidade sempre esteve voltada para uma idéia de futuro: o que deveriam ser quando fossem adultos.

Tendo em vista o conjunto das mudanças profundas na vida social no planeta nos últimos anos, essa transição (da criança para o adulto) tendeu a se alongar e a assumir alguns traços comuns mas fortemente marcada pela diversidade, dependendo das condições sociais (classes sociais) culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero (homens e mulheres) e das regiões. Mas a idéia de diversidade alcança novos significados quando se trata também de afirmar a existência de uma pluralidade de representações e de práticas que marcam esse trânsito;² ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aquelas marcadas pela *antecipação* de algumas práticas (sexualidade e trabalho para alguns grupos de jovens) como a *desconexão* entre elas (orientações e modos de vida considerados próprios de populações adultas, convivendo com situações de dependência típicas de momentos anteriores). Outro elemento a ser acrescido à heterogeneidade desse momento resulta

da emergência de necessidades apontadas pelos segmentos juvenis não só voltadas para projetos futuros mas cada vez mais marcadas pela especificidade do momento presente. Ou seja, estilhaçam, também, as referências temporais que caracterizavam de modo mais homogêneo o trânsito para a vida adulta; em cada segmento — de acordo com a origem social, étnica, religiosa ou regional e as relações de gênero — os projetos futuros, as necessidades de vivência do presente e os vínculos com o passado são diversos (MELUCCI, 1997).

Assim, é preciso considerar criticamente a idéia de transição³ que, frequentemente, tem implicado a subordinação das fases de vida e, nesse caso, o sentido a ser imprimido à juventude estaria apenas restrito à preparação para algo que está fora dela, ou seja, a etapa posterior, consagrada na vida adulta. Por essas razões, torna-se fundamental reconhecer que o modo de se tornar adulto tem sido construído historicamente, tendo por base uma ampla diversidade sócio-cultural e assim, não obstante a percepção de certos traços comuns (sobretudo nas sociedades urbanas e industrializadas), é ponto forte nos diagnósticos sobre a vida dos setores jovens a idéia de uma significativa heterogeneidade, produzindo demandas diversas — e, por consequência ampliando a noção de direitos — que articulam as necessidades do presente com os projetos ancorados em alguma imagem de futuro.

Como estão os jovens na sociedade brasileira

Os diagnósticos estatísticos têm buscado, nos últimos anos, retratar a diversidade da juventude na sociedade brasileira. Constituindo uma população de 32 milhões em 1998, os jovens que estão na faixa etária de 15 a 24 anos revelam enormes diferenças quanto às condições de vida, desde aquelas relativas ao acesso aos sistemas de ensino e ao mundo do trabalho quanto à exposição à violência, ao risco e, inclusive, quando às orientações na vida afetiva como as relações estáveis com parceiros.

² A este respeito consultar SPOSITO (1997)

³ MANNHEIM (1968;1973;1982) constitui uma forte referência para a compreensão da condição transitória da juventude.

Os dados recentes reiteram a enorme desigualdade educativas, pois em 1995, 7,2% dos jovens entre 15 e 24 anos não possuíam instrução e 14,4% podiam ser considerados analfabetos funcionais (menos de 3 anos de estudo). No entanto, ao se analisar os dados regionais, verifica-se que 39,6% dos jovens na região nordeste estavam nessa condição, índice superior à média nacional.⁴ Nesse mesmo ano de 95, segundo a PNAD, de um total de 28 700 milhões de jovens a maioria (59%) não estava estudando. Em 1996, freqüentavam a escola no Brasil 15% dos homens e 17% das mulheres entre 20 e 24 anos e pouco mais de 44% dos homens e quase 50% das mulheres de 15 a 19 anos. Desse contingente, apenas 1/3 dos jovens entre 15 e 17 anos estavam cursando o ensino médio e 10,6% na faixa etária de 18 e 19 anos estavam cursando uma faculdade (SABOIA, 1998).

Não obstante a expansão das matrículas, em 1995, 40,4% tinham menos de 5 anos de estudo. De acordo com Saboia (1998), o número médio de anos de estudo da população brasileira é de 3,9 e o conjunto de jovens de 15 a 24 anos têm em média 6,6 anos de estudo, índices inferiores aos de outros países da América Latina como Chile e Argentina onde seus habitantes têm em média 8,5 anos de estudo. Importa lembrar que se a educação de adultos passa a ser reconhecida por parte da América Latina como um problema que envolve a população jovem, sobretudo no alargamento das oportunidades de formação média,⁵ está questão é, *sob o ponto de vista do Brasil, ainda mais relevante tendo em vista o quadro atual das desigualdades educativas*. Em nossa sociedade, tendo em visto as necessidades de amplos segmentos juvenis, ainda se trata de garantir as possibilidades de freqüência ao ensino fundamental.

Se considerarmos outras variáveis como cor da pele e origem urbana ou rural do jovem verifica-se um quadro muito intenso de desigualdades no âmbito dessa faixa etária. Assim, dentre os estudantes que vivem situações de exclusão social (famílias que vivem com até 1/2 SM), 69,2%

são negros e pardos. As mesmas disparidades podem ser observadas por situação de domicílio, pois 44,2% dos jovens que vivem nas áreas urbanas são estudantes e apenas 28,3% daqueles que estão na zona rural estão nessa condição (SABOIA, 1998).

Torna-se evidente que parte dos problemas persistentes no conjunto da diversidade de situações educacionais da juventude reside nos índices baixos de escolaridade não obstante o crescimento das matrículas. Mas os dados indicam que, exceto para aqueles 7% dessa população sem instrução, a maioria teve acesso à escola e, por razões de natureza variada, nela não permaneceu.

Certamente os dados mais amplos relativos aos índices de exclusão social em nossa sociedade, ao contemplarem as enormes dificuldades de integração dos jovens brasileiros na esfera dos direitos sociais da cidadania, incluem a persistente desigualdade educacional, não só caracterizada pela impossibilidade de freqüência à escola na idade adequada mas, sobretudo, pelos mecanismos perversos intra/extra escolares que excluem sistematicamente os jovens, acentuando as enormes distorções entre idade e série nas diversas séries e baixos níveis de conclusão da educação obrigatória (apenas 24,8% tem o equivalente ao ensino fundamental e mais).

Mas é também impossível analisar a juventude brasileira se não for considerado o mundo do trabalho, pois os dados de 95 demonstram que 65% dos jovens entre 15-24 anos estão exercendo algum tipo de ocupação. A maioria está empregada na zona rural, seguida pelo setor de serviços, comércio e em quarto lugar pela indústria de transformação. Os desempregados somavam nesse mesmo ano 2,1 milhões, cerca de 47,6% do total da PEA (ARIAS, 1998). De acordo com Arias, essa elevada "proporção de jovens desempregados ocorreu em um momento particularmente favorável do Plano Real" (1998, p.523). Os últimos anos foram marcados pelo desaparecimento de postos de trabalho de jovens, pela baixa expansão de empregos em setores que oferecem

⁴ As estatísticas sobre a juventude brasileira foram extraídas da publicação *Jovens acontecendo nas políticas públicas*, 1998.

⁵ O diagnóstico e as prioridades latino-americanas em torno da educação dos jovens não sensibilizaram da mesma forma outros países presentes na V Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Hamburgo em 1997: "El eco de esta iniciativa latinoamericana fue mayor en representaciones de África, Estados Árabes y parte de Asia que en las de países del Norte desarrollado, con realidades etáreas y poblacionales distintas a las nuestras" (UNESCO/ CEAAL, CREFAL, INEA, 1998)

condições precárias de empregabilidade (pequenas e micro empresas e o setor informal). Essa situação se agrava particularmente com as condições da crise econômico-financeira atual que apontam, mesmo para aqueles mais otimistas, um cenário recessivo e índices crescentes de desemprego.

Pouco analisada, sobretudo, em suas implicações para o mundo do trabalho e para os sistemas educativos têm sido a nupcialidade dos jovens brasileiros. Na faixa etária de 20 a 24 anos, 28,7% dos homens e 46,5% das mulheres são casados (as uniões consensuais tiveram freqüência mais alta) e os jovens menos escolarizados são os que se casam mais cedo (BERQUÓ, 1998). De outro lado, os índices de mortalidade de jovens em geral apresentam taxas 2 a 3 maiores que o grupo de 10 a 14 anos (JORGE, 1998, p.210). A mortalidade juvenil é nitidamente maior entre os homens do que entre mulheres e as causas externas (acidentes e violência) foram as responsáveis pela maioria dos óbitos (em 95 dessas causas foram responsáveis por 75% dos óbitos masculinos e 40% dos femininos p.221). Dentre as causas externas, os homicídios foram responsáveis por 44,4% das mortes em 1995.

Assim, para a grande maioria da população jovem brasileira — seus setores empobrecidos — os níveis de escolaridade são bastante baixos, o trabalho precário ou o desemprego são realidades cotidianas, as uniões são precoces às vezes acompanhada de prole nos setores menos escolarizados, observando-se poucas perspectivas de vida diante do incremento da violência nas áreas urbanas metropolitanas, sobretudo os homicídios.

Juventude e escola: uma interação a ser (re)significada

Se os indicadores relativos ao perfil do jovem em relação ao sistema de ensino permitem um certo consenso em relação frente à urgência de ampliação efetiva das oportunidades de acesso à escola, algumas questões devem ser ana-

lisadas sob a ótica das práticas e expectativas desse segmento.

De um lado, o crescente aumento das matrículas não supera um distanciamento existente entre a realidade escolar e o mundo juvenil.⁶ Embora vislumbrem no acesso à escola as ferramentas necessárias para o seu credenciamento e habilitação para disputar as escassas oportunidades do mercado de trabalho, os jovens tendem a recusar, impor resistências variadas ou, ao menos, explicitar uma certa indiferença à ação pedagógica da unidade de ensino. As relações contraditórias com a educação escolar tanto se revelam nos índices elevados de agressões ao prédios ou a professores, expressas na denominada violência escolar,⁷ como podem aparecer pelos mecanismos que gestam apatia ou indiferença às práticas escolares cotidianas, restando, muitas vezes, apenas um espaço de sociabilidade valorizado nos encontros entre os pares que a vida escolar oferece. Por essas razões os processos de exclusão escolar precisam também ser compreendidos no âmbito das relações que os setores juvenis tecem com a realidade da instituição, culminando muitas vezes na auto-exclusão (FREITAS, 1995) ou, ao menos, em uma relação bastante intermitente, como já apontou Felícia Madeira (1986), com o sistema de ensino.

Ora, se os problemas que afetam a escolaridade de jovens incidem sobre a perda de eficácia das instituições tradicionalmente encarregadas de sua socialização — como a escola — essas questões apresentam-se como desafios quando se trata de compreender o campo atual da EDJA, que prioriza atingir a população jovem empobrecida, como afirmam vários documentos: "al como se há senälado anteriormente uno de los principales aportes lationamericanos a CONFITEA V fue el reconocimiento de que los jóvenes constituyen hoy en dia uno de los principales públicos de la denominada EDJA" (UNESCO.CREAAAL.CREFAL.INEA, 1998, p.34-5).

Não são poucas as dificuldades de atribuição, por parte dos jovens, de imagens mais significativas para os projetos

⁶ A este respeito consultar as pesquisas realizadas por François Dubet e Danilo Martuccelli na França (1996; DUBET, 1991)

⁷ De acordo com Pesquisa realizada pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB, divulgada em 1998, cerca de 40% dos estabelecimentos de ensino público no Brasil sofrem agressões periodicamente (LTP,1998)

escolares que ultrapassem as necessidades de habilitação para o trabalho e incidam sobre a formação das identidades culturais, da subjetividade e da participação na esfera público-política. Mas elas se potencializam ainda mais diante dos processos de exclusão observados no mundo das ocupações que dificultam, para a maioria empobrecida e com déficit de escolaridade, a formulação de projetos significativos e referências positivas para a construção de identidades e atores coletivos em torno do trabalho. É preciso observar, no entanto, a existência de uma franca adesão juvenil às formas de participação pública no campo cultural que sensibilizam grupos significativos em torno da música, do teatro e outras atividades expressivas. Essas práticas ganham relevância na exata medida em que se observam o estreitamento de possibilidades no mundo do trabalho e a crise das formas tradicionais de participação política na contemporaneidade, dentre elas, os partidos e o movimento estudantil.⁸ Por essas razões espaços educativos como a instituição escolar devem ser repensados no quadro de uma proposta cultural mais ampla para os jovens.

Evidencia-se, também, na sociedade brasileira, o pouco espaço que a juventude tem encontrado na consolidação de direitos. Embora alcancem visibilidade na condição de "problemas sociais" sobretudo pela disseminação da violência e das denominadas condutas de risco, de modo rotineiro veiculadas pelo mídia (consumo de substâncias psicoativas, acidentes de trânsito, tráfico de drogas, entre outros), os jovens não têm ocupado o mesmo espaço na formulação de políticas públicas (ABRAMO, 1997). Estudos recentes demonstram a inexistência de políticas especialmente destinadas à juventude quer no mundo do trabalho, da cultura, do esporte e do lazer (PIOLA e PEREIRA, 1998; RUA, 1998). As iniciativas existentes em geral são fragmentadas e, muitas vezes, padecem de comunicação no âmbito da própria esfera governamental, exprimindo o isolamento intersetorial. De outra parte, as iniciativas no âmbito da cultura que têm sido observadas com mais frequência

nascerem na sociedade civil por meio de projetos ou campanhas de organizações não governamentais, mas se tornam limitadas pela falta de recursos, pelo seu isolamento, quase sempre descontínuos e não superam o caráter fragmentado das práticas (SOLA, 1998).

Desafios para a construção de linhas de ação

Que implicações reais devem ser extraídas da incorporação da questão do jovem no âmbito da educação de adultos? Em que medida as concepções que tradicionalmente sustentaram a educação de adultos poderão alicerçar novas orientações que estejam atentas às questões típicas que afetam os segmentos juvenis empobrecidos? Como articular propostas educativas destinadas à juventude que estejam relacionadas às várias dimensões da produção cultural? Quais seriam os caminhos para a formulação de políticas públicas para jovens empobrecidos que possam atender a um conjunto de necessidades que não se esgotam na oferta de escolaridade (trabalho, cultura e lazer)?

Se os jovens estão gradativamente adquirindo visibilidade enquanto setores aos quais devem ser destinadas iniciativas que expressem a importância da sua educação para o desenvolvimento social, esse consenso se dilacera quando passam a ser consideradas as possíveis relações com o mundo do trabalho, as alternativas e modelos educativos, bem como as responsabilidades do Estado e da sociedade civil.

Muitos dos argumentos que defendem a ampliação do sistema de ensino ancoram suas premissas na idéia de que as dificuldades de empregabilidade dos setores juvenis residem, sobretudo, nos baixos índices de qualificação dessa população. Assim uma adequada reorientação do sistema de ensino tendo em vista as necessidades emergentes de uma economia globalizada permitiria uma melhor inserção do jovem no mercado das profissões. Essa argumentação deve ser objeto de discussão, pois pressupõe uma articulação linear entre os sistemas escolares e

⁸ Os estudos de MISCHÉ (1997) e MUXEL (1997) examinam essas questões.

o mundo do trabalho, atribuindo aos primeiros capacidade de intervenção que são, antes de mais nada, típicas dos modelos de desenvolvimento. Quando se observa o intenso movimento de desaparecimento dos postos de trabalho em virtude das mudanças tecnológicas e os efeitos excludentes de uma ordem globalizada no âmbito econômico é preciso, ao menos, uma certa cautela para inferir os efeitos possíveis de uma elevação dos níveis de escolaridade da população juvenil. Se, de fato, a qualificação a ser obtida nos sistemas de ensino possibilitará melhores condições de competição em uma ordem econômica seletiva, essa qualificação não resolve *per se* os problemas estruturais que nascem dessa nova ordem mundial.

Mas chama também a atenção no debate que se instala no Brasil, tanto na esfera pública, como no interior das agências multilaterais (Banco Mundial entre outras), uma forte ênfase nos eventuais benefícios econômicos que o sistema escolar propiciaria aos jovens em detrimento de outras concepções que alicerçaram até recentemente a luta pela extensão dos direitos educativos (HADDAD, 1998).

Todos os documentos originados nos encontros de educação de adultos defendem uma política efetiva de expansão de oportunidades educativas para jovens pobres e reiteram a importância de uma educação não excludente, em uma sociedade que torna o conhecimento um "pré-requisito à participação em atividades humanas transcendentais e a progressiva democratização dos sistemas políticos" (BRUSA, 1998).

No entanto, a valorização de uma ação pública voltada para o crescimento e elevação da qualidade dos sistemas educativos tem encontrado ressonância sobretudo no campo da educação regular, expressando-se nas políticas que até re-

centemente privilegiaram o ensino fundamental, alargando-se atualmente para o ensino médio (em crescimento acelerado nos últimos anos). Os jovens excluídos precocemente da escola, aqueles que mantêm uma relação instável com a escolaridade e os que apresentam forte distorção entre idade e série, têm sido objeto de intervenções pontuais como a oferta de mecanismos de recuperação e aceleração da aprendizagem. Tais mecanismos, muitas vezes, podem significar aligeiramento de conteúdos e práticas sutis que reforçam estereótipos negativos na auto-imagem do aluno jovem e na relação que ele mantém com a instituição escolar, expelindo do sistema os rebeldes, os resistentes e os indiferentes. Mais ainda, as questões que tradicionalmente afetam a educação de jovens e adultos (alfabetização, ensino supletivo, cursos noturnos) têm sido abandonadas no âmbito da formulação de políticas. No entanto, tendo por pressuposto o quadro fornecido pelas estatísticas, tratar *da educação da maioria da população jovem na sociedade brasileira atual significa pensá-la no âmbito da realização de direitos consagrados na Constituição, ultrapassando a oferta da escola regular, exigindo novas alternativas escolares relacionadas ao campo cultural e ao mundo do trabalho.*

Finalmente, ao estabelecer referências no sentido do estabelecimento de metas para a consecução de *direitos para jovens*, sendo um deles a educação, cabe também perguntar, retomando orientações de reuniões e documentos recentes sobre a Educação de Jovens e Adultos, como transformar a ação dirigida *aos setores jovens* empobrecidos em práticas desenvolvidas *em conjunto ou parceria*. Como ouvir e tratar os jovens como atores sociais na esfera pública? Como fazer educação *com e para o jovem?*

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- ARIAS, Alfonso Rodriguez. Avaliando a Situação Ocupacional e dos Rendimentos do Trabalho dos Jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- BERQUÓ, Elza. Quando, Como e Com quem se Casam os Jovens Brasileiros.. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- BRUSA, Alberto. *Hacia una educación sin exclusiones para y com los jóvenes*. (mimeografado), 1998.
- DUBET, François. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.
- DUBET, F e MARTUCELLI, D. *A l' école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- FREITAS, Maria Virgínia de. *Jovens no ensino supletivo: diversidades de experiência*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP (Mestrado em Educação), 1995.
- HADDAD, Sérgio. A educação escolar no Brasil (mimeografado), 1998.
- JORGE, Maria Helena de Mello. Como morrem os nossos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- LTP – Laboratório de Psicologia do Trabalho. *Violência nas escolas públicas*. Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/ CNTE, 1998.
- MADEIRA, Felícia, Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. São Paulo: *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 58.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade modernas. In: *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1968.
- _____. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M e PEREIRA, L, *Educação e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1982.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- MUXEL, Anne. Jovens dos anos 90: à procura de um política sem "rótulos" In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- PIOLA, Sérgio e PEREIRA, Rodrigo. Gasto social federal e gasto com jovens de 15 a 24 anos. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- SABOIA, Ana Lúcia. Situação Educacional dos Jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- SOLA, Lourdes. Juventude, Comunidade Política e Sociedade Civil.. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 2 volumes, 1998.
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude e educação.. In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- UNESCO. CREAAL. CREFAL. INEA. *Hacia una educación sin exclusiones: nuevos compromisos para la educación de personas jóvenes y adultas en America Latina y el Caribe*. Santiago, 1998.

